



de 16 a 20 de outubro de 2018

Organizar o Quadro de Apoio com o método da ação direta. Nenhuma ilusão no parlamento burguês.

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NOSSAS PROPOSTAS:

- Conjuntura Nacional: Pela defesa da independência de classe dos explorados.
- Sindical. Enfrentar a crise de direção com o programa de luta anticapitalista e internacionalista.
- Educacional. A raiz da crise educacional se encontra no capitalismo apodrecido.

Tese da Corrente Proletária na Educação

O 29º Congresso do SINPEEM acontece em meio a um processo eleitoral que tem expressado a direitização da política burguesa, encarnada na candidatura de Bolsonaro. A possibilidade de que saia vitoriosa é grande. O que exige dos trabalhadores em educação, bem como do movimento operário, popular e estudantil se prepararem desde já para enfrentar o novo governo com os métodos da luta de classes, com as reivindicações e a estratégia própria de poder da classe operária. Está colocada a luta do proletariado e dos demais explorados contra o avanço das tendências fascizantes.

No caso mais improvável de vitória de Haddad, também devemos nos preparar desde já, porque se valerá da política de conciliação de classes para impor medidas antipopulares e antinacionais. O candidato petista já fez sinal nesse sentido, procurando se aproximar de setores burgueses e dos militares, e anunciou que fará a reforma da previdên-

cia. A constituição de uma frente ampla em torno a Haddad não somente intensifica as ilusões eleitorais e democráticas na possibilidade de um governo petista.

Os delegados presentes nesse congresso precisam enfrentar essas tarefas fundamentais e, para isso, têm de ser firmes na defesa de um congresso classista e realmente democrático. Não podem admitir que uma das principais instâncias de deliberação da categoria se converta, como tem ocorrido há muitos anos, em um evento acadêmico e festivo, que caracterizamos como distracionista, justamente por não cumprir o seu papel principal, que é o de armar os trabalhadores politicamente contra a ofensiva da classe dominante e dos governos.

A Corrente Proletária na Educação faz um chamado aos delegados para que votem nas resoluções de luta, em defesa da educação pública e contra os ataques dos governos e burguesia sobre os trabalhadores!

Conjuntura Internacional

Avança a barbárie capitalista sobre os oprimidos no mundo todo. É preciso responder com o programa da revolução proletária!

O capitalismo atravessa a mais longa e profunda crise mundial do pós-guerra. Trata-se da manifestação de suas leis estruturais, históricas. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque aberto com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. A burguesia não tem outra via para enfrentar a crise de superprodução a não ser destruindo massivamente parte das forças produtivas. O que se faz por meio das medidas recessivas e de proteção aos lucros. Os EUA ameaçam o globo com o seu protecionismo agressivo. Amplia-se o saque das nações oprimidas pelas potências imperialistas. As demissões em massa e alta do desemprego indicam o grau do estancamento e da destruição de forças produtivas. As guerras, por sua vez, indicam o impulso das tendências bélicas criadas e fomentadas pelas disputas territoriais. É o que explica a função das guerras na etapa imperialista do capitalismo.

Desde 2008, quando eclodiu a crise a partir dos Estados Unidos, a classe operária, as massas exploradas e as nações oprimidas vêm se confrontando com a desintegração do capitalismo mundial, cujo resultado é o da ampliação da barbárie social. Os explorados têm recorrido, como podem,

à luta. Greves, manifestações, bloqueios e enfrentamentos com a polícia ocorrem em toda a parte. Defendem os empregos, os salários, direitos e conquistas sociais. A contundente greve geral de 25 de setembro na Argentina foi um marco da intervenção dos trabalhadores diante das medidas pró-imperialistas.

A queda e a recessão nas economias latino-americanas golpearam os governos que encarnavam o nacionalismo, o pseudonacionalismo e o reformismo pequeno burguês. Nesse caso particular, ressalta a gigantesca dívida pública e o parasitismo financeiro. O governo bonapartista de Maduro na Venezuela está acuado pela oposição reacionária, pela ofensiva norte-americana e pelos seus sequazes encastelados no Mercosul, tendo à frente a aliança entre o governo golpista do Brasil e o governo eleito da Argentina. A escalada inflacionária compromete as condições de existência das massas venezuelanas e o drama dos refugiados venezuelanos em Roraima prossegue. Na Bolívia, a oposição burguesa comparece grandemente enfraquecida e o governo Evo vem se chocando quase que diariamente com os movimentos fabris, indígenas e da pequena burguesia urbana.

Certamente, a luta de classes ainda está aquém das necessidades dos explorados diante do processo de desintegração capitalista. Mas isso tem a ver com a crise de direção revolucionária e com o bloqueio imposto pelos poderosos aparatos sindicais burocratizados. Haja vista a urgência de unir a classe operária e demais oprimidos para responder à política colonialista das potências, a questão dos imigrantes e a emergência das tendências fascizantes no seio da burguesia e da pequena-burguesia.

É fundamental a crítica ao nacionalismo burguês e ao nacional-reformismo, revelando o seu caráter de classe para os explorados. Mas, igualmente, é fundamental rechaçar a ofensiva do imperialismo e de toda ingerência externa da burguesia servil latino-americana. A via para desenvolver a luta independente dos explorados e a sua estratégia própria de poder é a de organizar a luta a partir de suas necessidades fundamentais e trabalhar pela organização da frente

única anti-imperialista. A defesa da independência nacional e da autodeterminação dos povos é parte essencial da luta contra os próprios governos nacionalistas decadentes e o imperialismo.

Nossas propostas:

- *Enfrentar o avanço da barbárie capitalista e das tendências fascizantes com os métodos da luta de classes;*
- *Pela autodeterminação dos povos;*
- *Pela unidade das massas oprimidas através do método da ação direta;*
- *Em defesa das reivindicações mais sentidas das massas. Realizar a ponte entre estas e o programa estratégico de destruição do capitalismo pela via da revolução proletária e construção do socialismo.*

Conjuntura Nacional

Permanece a tarefa de defesa da independência de classe dos explorados

A crise econômica segue golpeando o Brasil, condicionando o curso da persistente crise política. O fim da transição da ditadura civil de Temer e sua substituição por um governo eleito é parte do golpe de Estado. Somente não se sabia que força política sairia vencedora no pleito. Esperava-se que a frente partidária (PSDB, MDB, DEM, principalmente), que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff, parisse o novo presidente da República. A instabilidade político-econômica, que manteve o governo de Temer constantemente abalado, criou uma situação inesperada.

A candidatura de centro-direita de Geraldo Alckmin, PSDB, naufragou, já no início da campanha eleitoral. Esse era o homem de preferência da burguesia e do imperialismo. Ergueu-se como um meteoro a candidatura da ultradireita fascizante, de Jair Bolsonaro, PSL. Também surpreendentemente instalou-se uma polarização com o impulso da candidatura de Fernando Haddad, PT. Entre Bolsonaro e Haddad, ficou espremida a candidatura de Ciro Gomes, PDT. A dramatizada disputa final entre esses dois polos da política burguesa arrastou as massas, que se dividiram, sem se darem conta de que o fundamental estava em pé: o imperativo do novo governo de continuar atacando os explora-

dos e protegendo o capital financeiro.

As eleições, não apenas colocaram o País diante de duas variantes distintas de política burguesa, como também se realizaram condicionadas a medidas antinacionais e antipopulares que o novo governo terá de tomar, seja o governo liberal direitista de Bolsonaro, ou o pseudo-reformista de Haddad. Concretamente, a possibilidade de vitória da ultradireita é infinitamente maior. Essa previsão é que determina as tarefas e a tática antecipadamente colocadas. É preciso que o movimento operário, popular e estudantil se coloque desde já pelo enfrentamento com o governo de Bolsonaro.

Não se pode ter dúvida de que nenhuma variante da política burguesa, por mais democrática que seja, enfrentará conseqüentemente as tendências totalitárias da burguesia, que se movem nessa direção devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A im-

potência da política democratizante se converte, inevitavelmente, em fator favorável a tais tendências.

A eleição do novo presidente não mudará o curso de ataque dos capitalistas às condições de existência dos trabalhadores. Haddad já capitulou diante das pressões da bur-

Nenhuma variante da política burguesa, por mais democrática que seja, enfrentará conseqüentemente as tendências totalitárias da burguesia, que se movem nessa direção devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A eleição do novo presidente não mudará o curso de ataque dos capitalistas às condições de existência dos trabalhadores.

guesia, que passou a exigir maior clareza em seu programa econômico. Uma das condições é a de manter o chamado “ajuste fiscal”. Em outras palavras, garantir a gigantesca soma em juros da dívida pública. Basta o aceno do candidato do PT de que fará uma reforma da previdência para se ter a traição antecipadamente anunciada. Bolsonaro não esconde que seu governo aprofundará o entreguismo e ampliará o sacrifício da maioria oprimida, para atender às exigências do capital financeiro. É contra esse governo, provavelmente, que as massas terão de lutar. Para isso, terá de se libertar da política de conciliação de classes e das travas da burocracia sindical. Terá, portanto, de passar por cima do PT e aliados, marchando em direção à construção do partido da revolução proletária.

Nossas propostas:

- Enfrentar a direitização da política burguesa com a política independente da classe operária;
- Nenhuma ilusão nas eleições! Em defesa do voto nulo pela construção do partido revolucionário;
- Erguer os comitês de combate, que sirvam de canal de luta dos explorados e da juventude;
- Pôr em pé uma frente única anticapitalista e anti-imperialista, que servirá para combater qualquer um dos dois governos que se eleja, e que estarão submetidos aos interesses e ditames do capital financeiro;
- Lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

Sindical

Enfrentar a crise de direção com o programa de luta anticapitalista e internacionalista

A análise da política sindical deve partir do contexto de crise profunda de direção revolucionária no mundo, que tem sua origem na liquidação do III Internacional (Partido mundial da revolução socialista) pela política do revisionismo estalinista, que tem seus desdobramentos na política reformista e centrista.

Com o agravamento da crise econômica mundial do sistema capitalista, que se arrasta no mundo desde 2008, assistimos ao esgotamento dos projetos de governos nacional-reformistas (PT no Brasil, MAS na Bolívia, FPV na Argentina, PSUV na Venezuela etc.), em função principalmente da submissão ao pagamento da gigantesca dívida pública e ao parasitismo financeiro. Ou seja, por serem incapazes de romper com o imperialismo, a grande propriedade privada e a opressão nacional.

Todos esses governos se sustentaram, reservada as particularidades da luta de classes em cada país, com o apoio da política de conciliação de classes das direções sindicais estatizadas. No Brasil, a CUT dirigida pela Articulação Sindical/PT foi o grande pilar de sustentação dos governos de Lula e Dilma, cumprindo o papel de substituir a luta de classes pela conciliação de classes.

A ausência de uma direção revolucionária no Brasil é sentida de forma mais contundente com o golpe de Estado em 2016, que colocou no poder Temer/PSDB, um governo de ditadura civil com o objetivo de aplicar as reformas antinacionais e antipopulares. Diante da tentativa de imposição da reforma Trabalhista e da lei da terceirização abriu-se uma situação de luta direta, de massa, contra os ataques e o governo de Temer. As manifestações de março e a greve geral de abril

de 2017 foram um primeiro impulso nesse sentido. As frações da burocracia sindical, pró-Temer e anti-Temer, acabaram por desviar o curso da luta direta e contê-la nos limites da institucionalidade. O que quer dizer nos limites ditados pelo Congresso Nacional golpista e pelo próprio governo.

A ausência de uma direção revolucionária no interior dos sindicatos e centrais sindicais tem sido o grande obstáculo para o avanço da luta de classes, que comparece de forma instintiva diante da desintegração capitalista, a exemplo da greve geral de 28 de abril/2017, mas que é quebrada pelas direções burocratizadas que estão a frente dos principais sindicatos e centrais.

A política de conciliação de classes se refletiu no 1º de maio/2017, quando as burocracias se colocaram pelas festividades. A caricatura das manifestações nacionais de 30 de junho refletiu, de um lado, a negociata da Força Sindical e UGT com o governo, e de outro, o oposicionismo burguês da CUT /SINPEEM e aliados estampado na bandeira de “Fora Temer”, “Diretas já” e “Lula presidente”. Já não importava para as burocracias a tarefa de derrubar as reformas pela via da greve geral. A consequência foi a aprovação e atual aplicação sem resistência da Reforma Trabalhista, da terceirização e da Lei do Teto de gastos públicos.

A ausência de uma direção revolucionária no interior dos sindicatos e centrais sindicais tem sido o grande obstáculo para o avanço da luta de classes, que comparece de forma instintiva diante da desintegração capitalista, a exemplo da greve geral de 28 de abril/2017, mas que é quebrada pelas direções burocratizadas que estão a frente dos principais sindicatos e centrais.

O processo de burocratização e estatização dos sindicatos: o corporativismo e o divisionismo

O processo de burocratização e estatização dos sindicatos e centrais se dá por meio da formação de uma casta sindical que, ao chegar a direção das entidades de massa, se submetem aos interesses gerais da burguesia em troca da satisfação de seus interesses individuais e de casta (carreirismo eleitoral e benesses econômicas). Esse fenômeno ocorre quando os sindicatos perdem sua independência, deixam de desenvolver a luta em defesa das reivindicações e com os métodos da ação direta dos explorados e passam a aceitar a política dos capitalistas e de seus governos. São, assim, dirigidos por burocracias pró-capitalistas que se transformam em agentes do governo nas organizações.

Neste sentido, a burocracia sindical tem cumprido fielmente as diretrizes da burguesia para conter as lutas, por meio do divisionismo, que se manifesta primeiramente por meio da sustentação de uma política corporativista, responsável pela proliferação de sindicatos de categorias que se assentam meramente em reivindicações específicas e imediatistas alimentando as divisões nas lutas. Estas divisões tem atingido um patamar cada vez maior, a ponto de dentro de um mesmo setor, como a Educação, por exemplo, ter diversas entidades sindicais, como na cidade de São Paulo, onde temos só na Educação cinco entidades sindicais (SINPEEM, APROFEM, SINESP, SEDIN e SINDSEP), isso sem mencionar as divisões dentro do funcionalismo público como um todo.

Contudo, o fenômeno do divisionismo tem se ampliado para além da política corporativista, se manifestado também por uma disputa meramente aparelhista, com a criação de novos aparelhos sindicais por meio de rupturas no interior dos sindicatos e centrais. Rupturas promovidas entre as burocracias sindicais, a exemplo da formação da Força Sindical e UGT, mas também por setores de esquerda (PSOL e PSTU), que ao invés de formar uma fração revolucionária contra a burocratização da CUT romperam e formaram um novo aparelho sindical, como ocorreu com a formação da Intersindical e CSP-Conlutas. Essas divisões fragilizam ainda mais a luta de classes, favorecendo as negociatas entre os governos e burocracias sindicais.

A **Corrente Proletária na Educação** defende a organização de frações revolucionárias no interior dos sindicatos e centrais para varrer a burocracia de sua direção e reestabelecer a democracia operária e a independência da classe

frente aos governos e patrões. A tarefa fundamental é a de recuperar as organizações sindicais, o que significa lutar pela independência combatendo a burocratização e estatização. Contra a fragmentação, coloca-se a necessidade de lutar pela bandeira de uma única central sindical.

O pacifismo e o eleitoralismo

A consequência mais nefasta da crise de direção revolucionária é a projeção cada vez maior do pacifismo e eleitoralismo no seio do movimento sindical. A casta burocrática que dirige as entidades sindicais garante o cenário perfeito para o imobilismo, sustentado pelo corporativismo e divisionismo conduzindo as lutas de forma isolada para as negociatas e a pressão parlamentar.

Burocracias de direita e de esquerda terminam por alimentar as ilusões na democracia burguesa, se opondo a ação direta das massas e canalizando as lutas para as disputas em torno do parlamento burguês. Um exemplo concreto esteve presente na greve deste ano contra o Sampaprev, em que por um lado esteve presente a disposição de luta da categoria, mas de outro as direções buscaram conter o avanço dos métodos da ação direta (bloqueios de rua, ocupações...) levando a categoria a confiar em uma proposta de conciliação com os parlamentares que acabou por encerrar a greve com uma conquista parcial, de retirada momentânea do projeto de reforma da previdência em âmbito municipal.

A **Corrente proletária na Educação** coloca a necessidade de constituir as frentes de combate sindicais em defesa das reivindicações mais elementares dos explorados e a frente única

anti-imperialista, sob a direção da classe operária, por meio da democracia operária, da independência política e organizativa e dos métodos da ação direta.

Nossas propostas:

- *Estabilidade a todos os trabalhadores, readmissão dos contratados;*
- *Pela revogação de todas as reformas antinacionais e antipopulares, nenhuma retirada de direitos;*
- *Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho;*
- *Defesa do método da ação direta;*
- *Constituir a frente única sindical nacional, em defesa das reivindicações das massas.*

O fenômeno do divisionismo tem se ampliado para além da política corporativista, se manifestado também por uma disputa meramente aparelhista, com a criação de novos aparelhos sindicais por meio de rupturas no interior dos sindicatos e centrais.

Burocracias de direita e de esquerda terminam por alimentar as ilusões na democracia burguesa, se opondo a ação direta das massas e canalizando as lutas para as disputas em torno do parlamento burguês.

Balanço da greve de 2018 e próximos passos

A unidade grevista do funcionalismo e as manifestações gigantescas derrotaram Dória/PSDB

No início do ano construímos uma das greves mais importantes da história dos municipais. Uma greve massiva e combativa. A categoria mostrou uma enorme disposição de luta e resistência. Embora não tenhamos atingido o objetivo inicial, que era o da retirada do PL 621 (Sampaprev), o governo Dória/PSDB sofreu uma de suas maiores derrotas políticas. Não conseguiu implementar o seu principal projeto de governo: a privatização e a destruição da previdência do servidor público municipal, além do confisco salarial.

Essa greve foi marcada por duas proposições contraditórias: a burocracia sindical e a expressão combativa da base. A burocracia sindical direcionou a greve para o viés parlamentar e arregimentou todo seu calendário para isso. Em contrapartida a isso a base se mostrou radicalizada desde o início, enfrentando, inclusive, a truculência do governo que, no dia 14/03, jogou bombas de gás lacrimogênio e utilizou violência física.

A Corrente Proletária colocou, desde os seus primeiros boletins e intervenções, que o movimento deveria se descolar do calendário do governo e assumir a luta no terreno próprio dos explorados: a luta pelo método da

ação direta, com greve, manifestações, bloqueios e ocupações. Colocou desde o primeiro dia de greve a necessidade de uma luta classista e independente em defesa dos direitos, salários, empregos e condições de vida. Teve uma atuação muito importante: atuou intensivamente nos comandos, conversando com a base e comunidade e assim fortaleceu ainda mais o movimento. Colocou o tempo todo que era necessária uma ação mais contundente das centrais sindicais para que pudéssemos retomar o dia 28/04/17, colocando em pé a greve geral. A luta reivindicatória do servidor municipal é reflexo da crise estrutural do capitalismo e, portanto, é reivindicatória de todo trabalhador.

É evidente que, passado esse período eleitoral, os governos terão a missão de aprovar as reformas. É isso que o capital financeiro exige.

A reforma trabalhista, a lei da terceirização e a lei do teto de gastos já foram aprovados. Não podemos ter nenhuma ilusão no parlamento burguês! Votam de acordo com seus interesses e do capital financeiro. É preciso retomar o movimento para consolidar a greve geral, para que todos os explorados ocupem as ruas e protestem contra os patrões!

A burocracia sindical direcionou a greve para o viés parlamentar e arregimentou todo seu calendário para isso.

Em contrapartida a isso a base se mostrou radicalizada desde o início, enfrentando, inclusive, a truculência do governo que, no dia 14/03, jogou bombas de gás lacrimogênio e utilizou violência física.

Educacional

A raiz da crise educacional se encontra no capitalismo apodrecido

A falência da educação brasileira é evidente a todos. Não há condições para aprender e nem para ensinar. Os problemas sociais penetram a escola e determinam os seus limites. Segundo o Inep, 55% dos alunos aos 8 anos de idade e próximos aos 9 não estão plenamente alfabetizados. Os professores têm de lidar com um enorme entulho burocrático (no caso da rede municipal de São Paulo, concentrado no SGP), que não passa de energia desperdiçada para atender à exigência da burocracia estatal, que em nada contribui para o desenvolvimento educativo em si. As jornadas são estafantes, e os salários, baixos. O acúmulo de cargos e turnos, que destrói física e intelectualmente a força de trabalho, é

uma realidade penosa para muitos. Pesam ainda, sobre os professores e funcionários, vários problemas, como a falta de recursos, o autoritarismo, perseguições, o adoecimento e a violência.

Em uma parcela considerável das escolas, sequer se encontra a infraestrutura mínima. Quem atua desde o chão-de-escola sabe o quanto os profissionais se desdobram para driblar a insuficiência de material básico (sulfite, luvas, lenços etc.). Isso, sem contar a falta de espaço adequado para o atendimento, o excesso de crianças por turma, a ausência de apoio para o atendimento aos estudantes com deficiência, entre muitos outros problemas. A condição de vida da

maioria dos estudantes do país também é precária. Fazem parte da realidade deles a miséria, a fome, a violência e mais uma miríade de mazelas.

E como os governos respondem a esse quadro geral de falência do ensino? Respondem com uma campanha cínica e suja de responsabilização dos trabalhadores em educação e, em cima disso, lançam suas promessas demagógicas de “modernização” do sistema educacional. Fala-se da “falta de capacitação dos educadores”, frase quase sempre acompanhada de “recomendações” (na verdade, mais imposições burocráticas com caráter punitivo) para que se

As tais propostas de “modernização”, que são recorrentes e aparecem sempre como panaceias, divulgadas com grande estardalhaço, na verdade, acabam servindo tão somente para mascarar medidas de ataque sobre a educação. É o caso das reformas antinacionais e antipopulares do governo de ditadura civil de Temer, com a Lei do Teto dos gastos, a reforma do ensino médio e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). São medidas que, ao contrário de mitigar o problema da falência educacional, acabam por reforçá-la.

instituíam os chamados “programas de formação”, voltados ao objetivo de “tornar as aulas mais interessantes e dinâmicas”, capazes de resgatar “o interesse de alunos com risco de evasão e/ou reprovação por nota”. Isto é, entende-se que os professores precisam aprender a dar aula, como se fosse esse o problema.

Esse rol de justificativas, entretanto, não leva em conta uma série de fatores relacionados às condições de trabalho dos docentes e funcionários de escola, e acaba servindo para ocultar as raízes mais profundas do problema. As tais propostas de “modernização”, que são recorrentes e aparecem sempre como panaceias, divulgadas com grande estardalhaço, na verdade, acabam servindo tão somente para mascarar medidas de ataque sobre a educação. É o caso das reformas antinacionais e antipopulares do governo de ditadura civil de Temer, com a Lei do Teto dos gastos, a reforma do ensino médio e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). São medidas que, ao contrário de mitigar o problema da falência educacional, acabam por reforçá-la.

Para a **Corrente Proletária na Educação**, a raiz dos grandes problemas educacionais se encontra no capitalismo apodrecido. Partimos da compreensão de que sob

qualquer governo burguês, a educação estará submetida à marcha da desintegração capitalista e ao crescimento da barbárie social. As correntes nacional-reformistas alimentam a ilusão de que é possível uma “escola pública de qualidade social” para toda a população. E submetem os sindicatos a essa visão utópica de que bastam governos e parlamentares “comprometidos” para que a escola pública deixe de ser sucateada. Ao invés da defesa da independência de classe para impor as reivindicações que de fato protegem a escola pública da ação privatizante dos governantes, o movimento sindical passou a reproduzir

o postulado reformista de “escola de qualidade social” nos marcos do capitalismo e da coexistência entre o ensino público e o privado.

Porém, não se trata de uma crise de falta de verbas, nem de gestão. Certamente que os orçamentos são reduzidos e a administração ineficaz e corrupta. Sua decadência se encontra na impossibilidade de um amplo desenvolvimento científico, dada a contradição entre as potencialidades das forças produtivas e as relações de produção assentadas na propriedade privada. Está aí por

que as reformas governamentais para a educação são impregnadas de concepções subjetivistas e reacionárias, que acabam acentuando o seu caráter seletivo, obscurantista, concorrencial, sob a máscara das “competências”, dos “currículos formativos”. Ao contrário, a Corrente Proletária na Educação tem como ponto de partida a luta pelas reivindicações que unificam os professores com o conjunto dos explorados, mas não a separa da luta estratégica para pôr fim ao capitalismo, raiz da decomposição da educação.

Nossas propostas:

- Em defesa da escola vinculada à produção social;
- Nenhum jovem fora da escola: 4h de estudo e 4h na produção;
- Expropriação de toda a rede privada de educação, sob controle de quem estuda e trabalha;
- Fim da política de privatização da Educação Infantil;
- Financiamento integral da educação pelo Estado, atendendo a todas as suas necessidades;
- Lutar contra todas as medidas de precarização e pela garantia das condições de trabalho e estudo nas escolas.

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - www.pormassas.org

Opressões

A opressão sobre as mulheres, negros e homossexuais é de classe

O capitalismo em decomposição potencia a barbárie social. Não tem como desenvolver de conjunto as forças produtivas mundiais. De crise em crise, volta-se violentamente contra a vida dos explorados, tanto nos países de economia avançada quanto nos de atrasada. A burguesia dos países submetidos à exploração e opressão imperialista impõe à classe operária, aos camponeses e aos indígenas severas condições de pobreza e miséria. A classe média não escapa à erosão social, uma vez que faz parte da maioria oprimida. Nestes países, se intensifica a opressão racial, nacional, sobre mulheres e homossexuais. Nos imperialistas, a burguesia monopolista vem impondo sérios retrocessos a antigas conquistas do proletariado e das massas em geral. Esta aí por que se retomam com força as discriminações raciais, religiosas e xenófobas. A crise da imigração na Europa e nos Estados Unidos expõe a barbárie social à luz do dia no berço da civilização capitalista e nas mais ricas potências. As várias manifestações da opressão têm um fundo comum – o regime capitalista de produção e distribuição em sua etapa imperialista de decomposição.

Na atual fase de decomposição da sociedade capitalista, todo o peso da crise é jogado sobre os oprimidos, o que agudiza ainda mais o choque entre as classes. Toda forma de opressão tem como raiz a sociedade capitalista, colocando uma minoria de exploradores em choque com a grande maioria explorada. A tarefa a cumprir consiste em estabelecer a relação entre todas as formas particulares de opressão, demonstrar seu conteúdo de classe e unificar os oprimidos sob o programa revolucionário. É necessário que o sindicato assuma o programa de reivindicações dos negros, das mulheres e LGBTTs como parte do programa de reivindicações da classe operária. É preciso ter claro que somente através da luta de classes se imporão as reivindicações. A resposta parte das reivindicações específicas de proteção e de combate às discriminações, fazendo

a ponte com a luta pelo socialismo.

O POR tem em seu programa um conjunto de reivindicações que responde às opressões. É extraído da condição objetiva de exploração do trabalho e da situação vivida pela maioria. A luta por elas permitirá desenvolver a política revolucionária e diferenciar as legítimas aspirações de classe oprimida daquelas que servem aos interesses dos capitalistas. As reivindicações que, por ventura, conflitarem com o programa partidário, mas que empurrem setores da classe média a se chocar com o Estado burguês, devem ser apoiadas com a devida clareza do seu caráter de classe. Há direitos burgueses que são vedados a setores oprimidos da sociedade. Sempre que identificados servem à luta da classe operária, que luta não apenas pela sua emancipação, mas também pela de todos os oprimidos.

Portanto, a opressão sobre as mulheres, negros e LGBTTs é de classe. Somente a unidade dos oprimidos, em torno da bandeira de destruição da sociedade capitalista, através da revolução social poderá por fim às chagas do capitalismo putrefato. Por isso, a Corrente Proletária na Educação defende uma plataforma de reivindicações que vincula a luta pela emancipação dos oprimidos com a luta contra a sociedade de classes.

Nossas propostas:*Reivindicações gerais:*

- Trabalho a todas as mulheres, negros e homossexuais. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho. Fim do trabalho informal. Fim da terceirização e efetivação de todos;
- Trabalho igual, salário igual;
- Salário mínimo vital, que cubra as necessidades da família;
- Fim de todas as leis discricionárias.

(segue na página 8)

Reivindicações particulares:

- Que as massas femininas sejam integradas na produção social;
- Que se elimine toda a discriminação social da mulher. Igualdade entre homens e mulheres;
- Que se reconheça a função social da maternidade. Proteção à mulher-mãe e à infância. Implantação de leis trabalhistas que protejam sua saúde e as funções naturais da maternidade. Constituição de uma rede de proteção à mulher, que garanta medidas práticas como creches, lavanderias e refeitórios públicos, etc.;

- Que se garanta o direito ao aborto. Fim das leis repressivas. Que o Estado se responsabilize pela saúde da mulher;
- Que se elimine toda a discriminação sobre os negros. Total igualdade entre negros e brancos;
- Fim da violência estatal, policial, contra os negros;
- Apoio às reivindicações democráticas que se contraponem à discriminação aos homossexuais;
- Responsabilização do Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor homossexual.

Quadro de Apoio

Organizar o Quadro de Apoio com o método da ação direta. Nenhuma ilusão no parlamento burguês

Os trabalhadores do Quadro de Apoio são os mais afetados pela política de sucateamento da escola pública municipal. São vários os fatores que contribuem para isso, dentre eles:

1. Redução drástica no número de ATE's que, juntamente com a diminuição do módulo de professores, favorece o caos nas escolas ampliando a sobrecarga de trabalho. Isso é a causa direta das doenças frequentes que recaem sobre os trabalhadores da QA;
2. A manutenção dos salários miseráveis, fruto das mudanças na lei de evolução, como a 14.660, que não contribuiu em nada para melhorar suas condições salariais. Soma-se a isso, a demora do governo em pagar as primeiras evoluções, que somente foram conquistadas após a greve deste ano, com o claro objetivo de dividir o movimento. Outro fator grave é o obstáculo criado ao implantar o interstício de 3 a 6 anos, para haver uma evolução. Obstáculo que serve apenas para penalizar os trabalhadores, não permitindo que tenham um salário compatível com suas necessidades. Estima-se que, para um ATE conquistar um piso miserável de R\$ 3.752,27, deverá trabalhar 40 anos.

Por isso, a Corrente Proletária defende sistematicamente, que não é através de um plano de carreira que se conquistará melhoria salarial. É preciso a organização coletiva para defender um salário que permita a manutenção de si e de sua família. Defendemos o Salário Mínimo Vital como o valor mínimo que um trabalhador deve receber. Para tanto, é necessário que o QAE decida em assembleia qual é valor do piso salarial justo.

Não é através de um plano de carreira que se conquistará melhoria salarial. É preciso a organização coletiva para defender um salário que permita a manutenção de si e de sua família. Defendemos o Salário Mínimo Vital como o valor mínimo que um trabalhador deve receber. Para tanto, é necessário que o QAE decida em assembleia qual é valor do piso salarial justo.

O PL 557/18, apresentado pelo vereador Cláudio Fonseca/PPS, não solucionará este problema. Até porque, a proposta de modificação da evolução na carreira, independente de seu índice, se perderá no baixo valor do piso salarial vigente. Manter o debate restrito a quatro paredes da Câmara de Vereadores é um erro. Somente a luta grevista, em unidade com os demais trabalhadores, poderá arrancar as reivindicações elementares dos trabalhadores do QAE.

O POR/Corrente Proletária participa nos sindicatos estatizados, para lutar contra a burocratização, para garantir o debate sobre as reivindicações, o método de luta e a necessidade da unidade na base e na direção com independência de classe, com total independência dos partidos e governos burgueses. Coloca a importância da unidade entre todas as entidades sindicais para fortalecer a luta; a importância do rechaço ao eleitoralismo; a defesa de uma política proletária no interior da Unidade de Oposição do Sinpeem; a importância da construção de frações revolucionárias no seio dos sindicatos e centrais; construção de comitês de luta nos bairros.

Nossas Propostas:

- Em defesa do método da ação direta;
- Nenhuma ilusão no parlamento burguês;
- Unidade do com demais trabalhadores em luta. Pela independência de classe;
- Rechaçar o eleitoralismo;
- Construir as frações revolucionárias no Sinpeem.